

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

171 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 26 a 30/06/2023

1. CONSELHO EUROPEU DE 29 E 30 DE JUNHO	1
2. CONFERÊNCIA GLOBAL PARLAMENTARISMO	2
3. ATIVIDADES DAS COMISSÕES DO PE	2
CONT	2
AFET	3
EMPL	3
4. ELEIÇÕES PARA O PARLAMENTO EUROPEU - PROJEÇÕES	4
5. FÓRUM ANUAL DO BANCO CENTRAL EUROPEU - SINTRA	5
6. REGULAMENTO SOBRE RESTAURAÇÃO DA NATUREZA	7
7. REGULAMENTO DADOS - ACORDO POLÍTICO	8
8. COMISSÃO EUROPEIA - EURO DIGITAL	8
9. COMISSÃO EUROPEIA - IMPACTO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS NA PAZ	9
10. COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO EUROPEIA - BULGÁRIA	9
11. LUX - PRÉMIO DO PÚBLICO 2023	9
12. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	10
Conselho (Agricultura e Pescas) - 26 e 27 de junho	10
Conselho dos Negócios Estrangeiros - 26 de junho	10
Conselho dos Assuntos Gerais	10
13. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	11
Parlamento Europeu	11
Comissão Europeia	11
Conselho da União Europeia	11

1. CONSELHO EUROPEU DE 29 E 30 DE JUNHO

Realizou-se, nos dias 29 e 30 de junho, uma **reunião do Conselho Europeu** em Bruxelas (sobre o Conselho Europeu, consultar [esta](#) ficha informativa). Nos termos da [carta de convite](#) do Presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, a Cimeira tinha os seguintes temas na agenda: guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e a continuação do apoio da UE à Ucrânia, bem como a economia, a segurança e defesa, a migração e as relações externas. A reunião foi antecedida de um almoço com o secretário-geral da NATO, Jens Stoltenberg, para uma troca de pontos de vista sobre questões de segurança mundial e europeia.

Current membership of the European Council

The European Council consists of the 27 Heads of State or Government of the EU Member States, who are voting members, together with the President of the European Council and the President of the European Commission, who have no vote (Article 15(2) Treaty on European Union). The chart shows the current members, the national office they hold, their most recent European political affiliation, and the year their membership began.

 BELGIUM Alexander DE CROO PRIME MINISTER - 2020	 BULGARIA Nikolai DENKOV PRIME MINISTER - 2023	 CZECHIA Petr FIALA PRIME MINISTER - 2021	 DENMARK Mette FREDERIKSEN PRIME MINISTER - 2019
 GERMANY Olaf SCHOLZ CHANCELLOR - 2021	 ESTONIA Kaja KALLAS PRIME MINISTER - 2021	 IRELAND Leo VARADKAR PRIME MINISTER - 2022	 GREECE Kyriakos MITSOTAKIS PRIME MINISTER - 2019
 SPAIN Pedro SÁNCHEZ PRIME MINISTER - 2018	 FRANCE Emmanuel MACRON PRESIDENT - 2017	 CROATIA Andrej PLENKOVIĆ PRIME MINISTER - 2016	 ITALY Giorgia MELONI PRIME MINISTER - 2022
 CYPRUS Nikos CHRISTODOULIDES PRESIDENT - 2023	 LATVIA Krišjānis KARIŅŠ PRIME MINISTER - 2019	 LITHUANIA Gitanas NAUSEDA PRESIDENT - 2019	 LUXEMBOURG Xavier BETTEL PRIME MINISTER - 2013
 HUNGARY Viktor ORBÁN PRIME MINISTER - 2010	 MALTA Robert ABELA PRIME MINISTER - 2020	 NETHERLANDS Mark RUTTE PRIME MINISTER - 2010	 AUSTRIA Karl NEHAMMER CHANCELLOR - 2021
 POLAND Mateusz MORAWIECKI PRIME MINISTER - 2017	 PORTUGAL António COSTA PRIME MINISTER - 2015	 ROMANIA Klaus IOHANNIS PRESIDENT - 2014	 SLOVENIA Robert GOLOB PRIME MINISTER - 2022
 SLOVAKIA Ľudovít ÓDOR PRIME MINISTER - 2023	 FINLAND Petteri ORPO PRIME MINISTER - 2023	 SWEDEN Ulf KRISTERSSON PRIME MINISTER - 2022	
 EUROPEAN COUNCIL Charles MICHEL PRESIDENT - 2019	 EUROPEAN COMMISSION Ursula VON DER LEYEN PRESIDENT - 2019	Political affiliation of members EPP S&D ECR Renew Europe Independent	

Images taken from the European Council website – © European Union.

O think-tank do PE fez uma antevisão dos debates no Conselho, disponível [aqui](#). e o Politico disponibilizou o seu habitual live blog, [aqui](#).

Foram adotadas [Conclusões do Conselho Europeu](#), sobre [a Ucrânia e sobre segurança e defesa](#), sobre a [China](#), e sobre as [relações externas](#), e que incidem sobre os seguintes temas:

- **Ucrânia:** O Conselho Europeu analisou a evolução recente na guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e a continuação do [apoio da UE à Ucrânia](#), incluindo o apoio financeiro e militar.
- **Economia:** foram debatidas as [conclusões anteriores sobre a política industrial da UE](#), o mercado único e a competitividade e produtividade na UE; encerrou-se o [Semestre Europeu de 2023](#).
- **Segurança e defesa:** foi feito o balanço dos progressos realizados na implementação de conclusões anteriores, incluindo a Declaração de Versalhes na qual os dirigentes identificaram medidas para reforçar as capacidades de defesa da UE, e a [Bússola Estratégica](#). Os líderes deram orientações sobre a capacidade de segurança e defesa da UE, nomeadamente em termos de [contratação pública](#), [investimento e produção](#). Na perspetiva da próxima cimeira da NATO, que se realizará em Viena em 11 e 12 de julho, os dirigentes debateram igualmente a cooperação UE-NATO.
- **Migração:** a Presidência do Conselho e a Comissão Europeia informaram o Conselho Europeu acerca dos progressos recentes sobre [migração](#). Porém, não houve consenso entre os líderes para aprovar conclusões sobre migrações - o Presidente do Conselho apresentou as suas conclusões sobre esta matéria, disponíveis [aqui](#);
- **Relações Externas:** Os chefes de Estado e de Governo da UE realizaram um debate estratégico sobre a China. Foi, igualmente, debatida a preparação da próxima [cimeira UE-CELAC](#) (Estados da América Latina e das Caraíbas), que se realizará em Bruxelas, em julho.

2. CONFERÊNCIA GLOBAL PARLAMENTARISMO

Nos dias 30 de junho e 1 de julho, teve lugar uma [Conferência interparlamentar para a Comemoração do Dia Internacional do Parlamentarismo](#), em León, e que assinalou o início da [Dimensão Parlamentar da Presidência espanhola](#) do Conselho da UE.

Esta conferência reuniu os Presidentes dos Parlamentos da UE e de outros países convidados para comemorar o Dia Internacional do Parlamentarismo, sublinhando as raízes históricas do parlamentarismo; realçar o papel fundamental desempenhado pelos Parlamentos na promoção do desenvolvimento da democracia em todo o mundo e o valor das instituições parlamentares face aos novos desafios e ameaças à democracia, bem como mostrar as raízes profundas do parlamentarismo espanhol e, em particular, o lugar ocupado neste sentido pelas Cortes de León, criadas em 1188 e que, segundo a UNESCO, representam a mais antiga manifestação documental do parlamentarismo na história.

O programa e demais informações estão disponíveis [aqui](#), sendo de destacar a [intervenção](#) do Senhor Presidente da Assembleia da República, Augusto Santos Silva, como orador principal no painel dedicado ao tema “*A defesa dos valores europeus e das instituições democráticas face aos novos desafios e ameaças à democracia*”.

No final dos trabalhos, foi adotada a “Declaração de León sobre o Parlamentarismo”, disponível [aqui](#).

3. ATIVIDADES DAS COMISSÕES DO PE

CONT

A Comissão do Controlo Orçamental organizou uma [reunião interparlamentar subordinada ao tema *O papel dos Parlamentos nacionais no controlo da utilização dos fundos da UE e o plano Next Generation EU*](#). A AR foi representada nesta reunião pelos Deputados Hugo Carneiro (PSD) e Duarte Alves (PCP), da Comissão de Orçamento e Finanças, e pelos Deputados Jorge Mendes (PSD) e Filipe Melo (CH), da Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação.

Com o intuito de partilhar as experiências e boas práticas dos Parlamentos nacionais, foram debatidos durante a reunião dois temas centrais em duas sessões distintas: “*O princípio do controlo parlamentar das despesas da UE - o papel dos Parlamentos nacionais*”, sessão na qual os Deputados Hugo Carneiro (PSD) e Duarte Alves (PCP) participaram como oradores, e “*O papel dos Parlamentos nacionais em relação aos fundos NextGenerationEU*”.

As discussões centraram-se nas formas de controlo utilizadas pelos Parlamentos nacionais no que se refere ao orçamento nacional e despesas da UE, a sua participação na criação dos Planos nacionais de Recuperação e Resiliência e o acompanhamento da sua evolução e das suas metas e investimentos, a aplicação do mecanismo de condicionalidade do Estado de direito e a relação do Mecanismo de Recuperação e Resiliência com a política de coesão. O vídeo da reunião encontra-se disponível [aqui](#).

AFET

Decorreu no dia 27 de junho uma [Reunião Interparlamentar](#) sobre «*Avançar com o alargamento da UE - 20 anos após a Declaração de Salónica*» organizada pela Comissão dos Assuntos Externos (AFET) do PE, na qual a AR esteve representada por uma delegação conjunta da Comissão de Assuntos Europeus e da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas composta pelos Senhores Deputados Miguel Santos (PSD) – chefe da delegação, Rui Lage (PS), Nathalie Oliveira (PS) e Ricardo Sousa (PSD).

A primeira sessão sobre «*Os custos do não alargamento*» teve como oradora Michela Matuella, da DG para a política de vizinhança e negociações do alargamento da Comissão Europeia, que destacou o compromisso assumido há 20 anos, pelos líderes europeus, de integrar os Balcãs Ocidentais na UE, realçando que era preciso preparar estes países para a integração europeia. Na fase de debate, salientou-se a importância de analisar os processos de alargamento anteriores para se retirar lições para o futuro, a necessidade de todos os países da região serem integrados na UE, a carência de reformas da UE para absorver os países candidatos, a possibilidade de estabelecer ritmos diferentes de integração para cada país candidato e a importância de integrar os países dos Balcãs Ocidentais para garantir uma estabilidade na região.

A segunda sessão, subordinada ao tema «*Reforçar a segurança e resiliência democrática através do processo de alargamento*», teve como oradora Aude Maio-Coliche, Diretora para a Comunicação Estratégia e Prospetiva do Serviço Europeu de Ação Externa, que referiu o teor da Declaração de Salónica onde focava a importância da democracia, dos direitos humanos e do primado da Lei, acrescentando que era nesse contexto que se estava a trabalhar com os países candidatos. Destacou que os vizinhos e parceiros da UE estavam a ser alvo de ataques híbridos, colocando assim em causa o caminho de integração na União, pelo que era crucial continuar a investir nas instituições democráticas para que os mesmos fossem mais fortes e resilientes. Na troca de pontos de vista, focou-se a importância de serem cumpridos os critérios de Copenhaga no processo de alargamento, a necessidade de se encontrar soluções para a rápida adesão à UE dos Balcãs Ocidentais, a possibilidade de se permitir, durante o processo de integração, uma maior participação dos países candidatos em áreas como clima, energia, mercado único, formação e telecomunicações e a importância de se avançar com novas propostas para harmonizar as adesões futuras, nomeadamente, com a instituição do estatuto de observador, que permita reforçar a experiência em matéria de política europeia.

Houve ainda uma partilha de pontos de vista com a Senhora Aïssata Tall Sall, Ministra dos Negócios Estrangeiros do Senegal, sobre a relação deste país com a UE, o caminho da democracia nos países africanos e os desafios para a segurança no continente africano.

EMPL

Decorreu no dia 28 de junho uma [Reunião Interparlamentar](#) subordinada ao tema «*Dois anos após a adoção da Garantia Europeia para a Infância: em que ponto estamos?*» organizada pela Comissão de Emprego e dos Assuntos Sociais (EMPL) do PE, na qual a AR esteve representada por uma delegação da Comissão de

Assuntos Europeus composta pela Senhora Deputada Maria Emília Apolinário (PSD) – chefe da delegação - e Senhor Deputado Rui Lage (PS).

A reunião iniciou-se com uma intervenção de Ewa KOPACZ, Vice-Presidente e Coordenadora dos Direitos das Crianças do PE, que referiu o apoio deste Parlamento à Garantia Europeia para a Infância e a necessidade dos Estados-Membros abordarem esta questão com seriedade e com sustentabilidade. Interveio, também, Dubravka ŠUICA, Vice-Presidente da Comissão Europeia e responsável pela pasta da Democracia e Demografia, que destacou a necessidade de se respeitar as crianças para que estas tivessem todas as mesmas oportunidades e os melhores cuidados, acrescentando que era necessário ter em conta que este investimento nas crianças era de longo prazo, não se podendo deixar ninguém para trás.

A primeira sessão pretendeu saber «*Em que ponto estamos na adoção e execução dos planos de ação da garantia europeia para a infância?*» e teve como orador Joost KORTE, Diretor-Geral da DG Emprego, Assuntos Sociais e Inclusão, que destacou o papel dos coordenadores nacionais dos planos de implementação da Garantia Europeia para a Infância para garantir o sucesso da implementação destes planos, destacando os objetivos adotados na Cimeira Social do Porto de 2021. No debate, salientou-se a importância de se quebrar com o ciclo de pobreza e garantir o acesso à saúde, alimentação, habitação e educação a todas as crianças, a necessidade de alocação de fundos para a implementação deste programa e a partilha dos planos nacionais de cada Estados-Membros com a enunciação de medidas concretas já aplicadas como a gratuidade das creches, a garantia de uma refeição quente na escola a todas as crianças e a prestação de apoios financeiros às famílias.

A segunda sessão, subordinada ao tema «*Como melhor financiar a garantia para a infância para alcançar a sustentabilidade do futuro*», teve como oradora Ivelina BORISOVA, da UNICEF, que referiu o trabalho conjunto deste fundo e da Comissão Europeia na implementação deste programa, realçando a importância de se adotarem medidas menos convencionais para prestar mais apoio às crianças e suas famílias. No debate, os parlamentares partilharam mais detalhes dos seus planos nacionais para implementação da garantia para infância como a instituição de uma provedoria da criança, a importância de todos os Estados-Membros apresentarem os seus planos e a importância dos Parlamntos nacionais acompanharem a sua execução.

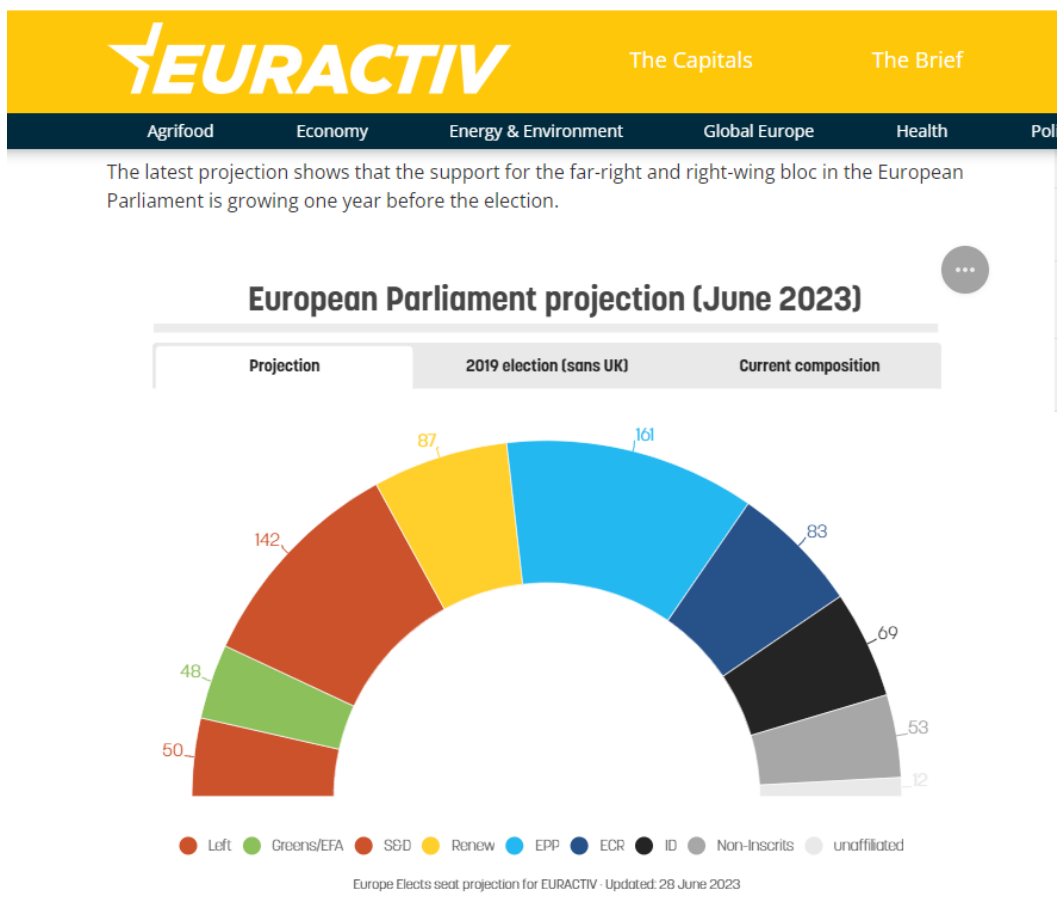
O encerramento contou com a participação da Karine LALIEUX, Ministra das Pensões e Integração Social da Bélgica, que saudou o empenho dos Deputados no cumprimento e concretização da Garantia para a infância, reiterando que é essencial avançar e alcançar a retirada de 5 milhões de crianças da pobreza até 2030.

4. ELEIÇÕES PARA O PARLAMENTO EUROPEU - PROJEÇÕES

A menos de um ano das eleições para o Parlamento Europeu, começam a surgir as **projeções sobre a composição e a distribuição de mandatos pelas diversas famílias políticas**. O *Euractiv* publicou esta semana um estudo do *Europe Elects*, disponível [aqui](#), e que agrega as várias sondagens nacionais para extrapolar um resultado global para os Deputados ao PE. Nesta contagem, o Partido Popular Europeu (PPE) continuaria a ser a maior força a nível da UE, conquistando 161 lugares, menos 16 do que atualmente. Os sociais-democratas (S&D) ganhariam cerca de 142 lugares, muito próximo dos seus atuais 143 lugares. O grupo liberal Renew Europe teria 87 lugares, menos 14 do que tem atualmente. O grupo conservador ECR avançaria para 83 lugares, contra os atuais 66, e o Grupo Identidade e Democracia, conquistaria 69 lugares, um pouco mais do que tem atualmente (62). O grupo A Esquerda ficaria com 50 lugares (+13) e o Grupo dos Verdes/ALE com 48 lugares mandatos (-24).

Abaixo, indica-se o gráfico com estas projeções

Projeção do Euractiv



5. FÓRUM ANUAL DO BANCO CENTRAL EUROPEU - SINTRA

Teve lugar esta semana, em Sintra, o Fórum Anual do Banco Central Europeu, dedicado ao tema “*Estabilização macroeconómica num contexto de inflação volátil*”. Este Fórum do BCE é um evento anual que reúne governadores de bancos centrais, académicos, representantes dos mercados financeiros, jornalistas e outros para trocarem opiniões sobre questões de política atuais e discutirem o tema central do Fórum numa perspetiva de mais longo prazo. A lista de participantes está disponível [aqui](#).

As várias intervenções e os vídeos podem ser consultados [aqui](#), sendo de destacar o discurso de [Gita Gopinath](#), do Fundo Monetário Internacional, intitulado “*Three Uncomfortable Truths For Monetary Policy*”, bem como o discurso da Presidente do BCE, Christine Lagarde, na abertura, intitulado “*Quebrar a persistência da inflação*”, disponível [aqui](#).

Nesta intervenção, Lagarde referiu que (sublinhados nossos) “*A grande magnitude do crescimento dos custos dos fatores de produção tornou mais difícil para os consumidores avaliar se os aumentos de preços resultavam de custos ou lucros mais elevados (...). Ao mesmo tempo, a procura não satisfeita nos setores em reabertura, a poupança em excesso, as políticas expansionistas e as restrições da oferta resultantes de estrangulamentos **proporcionaram às empresas maior margem para testar a procura dos consumidores com preços mais altos.** Por esta razão, os lucros unitários contribuíram cerca de dois terços para a inflação interna em 2022, ao passo que, nos 20 anos anteriores, o seu contributo médio foi cerca de um terço. Tal levou, por sua vez, **os choques a repercutirem-se na inflação muito mais rapidamente e de forma mais forte do que no passado.***”

Por outro lado, Lagarde referiu-se ao que designou de “*um processo inflacionista mais persistente*”, notando que “*Os trabalhadores ficaram, até à data, a perder com o choque inflacionista, tendo sofrido grandes decréscimos dos*

salários reais, o que está a desencadear um processo sustentado de “convergência em alta” dos salários, com os trabalhadores a tentar recuperar perdas”. Acrescentou que “tal está a fazer subir outras medidas da inflação subjacente que captam mais pressões internas sobre os preços – em particular medidas da inflação sensível aos salários e medidas da inflação interna. Como as negociações salariais em muitos países europeus são plurianuais e inertes, este processo desenrolar-se-á obviamente ao longo de vários anos. As nossas projeções mais recentes indicam que **os salários crescerão mais 14%, entre agora e o final de 2025**, e que, em termos reais, recuperarão plenamente o nível anterior à pandemia.”

Finalmente, referiu duas fontes de incerteza que afetam o “nível” e a “duração” desejados das nossas taxas diretoras: i) incerteza quanto à persistência da inflação, sendo que o nível em que as taxas atingirão um máximo dependerá da situação. Nestas condições, mencionou que “é improvável que, no futuro próximo, o banco central possa declarar com toda a confiança que as taxas máximas foram atingidas. É por este motivo que a nossa política tem de ser decidida reunião a reunião e de permanecer dependente dos dados; ii) incerteza acerca da força da transmissão da política monetária, que liga as decisões atuais às expectativas quanto à política futura e, consequentemente, afeta a orientação da política monetária. Notou que “ambas as fontes de incerteza só se desvanecerão com o tempo.” e que “Primeiro, precisamos que as taxas atinjam níveis “suficientemente restritivos” para fixar a restritividade da nossa política monetária.” e que “Segundo, precisamos de comunicar claramente que permanecerão “nesses níveis enquanto for necessário”. Tal assegurará que os aumentos das taxas não suscitam expectativas de uma inversão demasiado rápida da política monetária e permitirá a concretização do impacto total das nossas medidas anteriores.”

Conclui, assinalando que “A política monetária tem, atualmente, apenas uma meta: o retorno atempado da inflação ao nosso objetivo de médio prazo de 2%. Estamos empenhados em alcançar essa meta em qualquer circunstância.”

Importa, ainda, dar nota de que o Eurostat publicou esta sexta-feira a sua estimativa rápida, segundo a qual **a inflação anual da zona euro deverá situar-se em 5,5% em junho de 2023, contra 6,1% em maio**. Os dados estão disponíveis [aqui](#) e reproduzimos abaixo os principais elementos.

Euro area annual inflation and its components, %

	Weights (%)	Annual rate							Monthly rate
	2023	Jun 22	Jan 23	Feb 23	Mar 23	Apr 23	May 23	Jun 23	Jun 23
All-items HICP	1000.0	8.6	8.6	8.5	6.9	7.0	6.1	5.5e	0.3e
All-items excluding:									
> energy	897.7	4.9	7.3	7.8	7.9	7.4	7.0	6.9e	0.3e
> energy, unprocessed food	852.7	4.6	7.1	7.4	7.5	7.3	6.9	6.8e	0.4e
> energy, food, alcohol & tobacco	697.9	3.7	5.3	5.6	5.7	5.6	5.3	5.4e	0.3e
Food, alcohol & tobacco	199.8	8.9	14.1	15.0	15.5	13.5	12.5	11.7e	0.4e
> processed food, alcohol & tobacco	154.8	8.2	15.0	15.4	15.7	14.6	13.4	12.5e	0.5e
> unprocessed food	45.0	11.2	11.3	13.9	14.7	10.0	9.6	9.0e	0.1e
Energy	102.3	42.0	18.9	13.7	-0.9	2.3	-1.8	-5.6e	-0.7e
Non-energy industrial goods	262.7	4.3	6.7	6.8	6.6	6.2	5.8	5.5e	-0.1e
Services	435.3	3.4	4.4	4.8	5.1	5.2	5.0	5.4e	0.6e

e estimate

Inflation rates (%) measured by the HICP

	Annual rate							Monthly rate
	Jun 22	Jan 23	Feb 23	Mar 23	Apr 23	May 23	Jun 23	Jun 23
Belgium	10.5	7.4	5.4	4.9	3.3	2.7	1.6e	-0.1e
Germany	8.2	9.2	9.3	7.8	7.6	6.3	6.8e	0.4e
Estonia	22.0	18.6	17.8	15.6	13.2	11.2	9.0e	0.8e
Ireland	9.6	7.5	8.1	7.0	6.3	5.4	4.8e	0.8e
Greece	11.6	7.3	6.5	5.4	4.5	4.1	2.7e	0.9e
Spain	10.0	5.9	6.0	3.1	3.8	2.9	1.6e	0.6e
France	6.5	7.0	7.3	6.7	6.9	6.0	5.3e	0.2e
Croatia	12.1	12.5	11.7	10.5	8.9	8.3	8.3e	1.6e
Italy	8.5	10.7	9.8	8.1	8.6	8.0	6.7e	0.1e
Cyprus	9.0	6.8	6.7	6.1	3.9	3.6	2.7e	0.2e
Latvia	19.2	21.4	20.1	17.2	15.0	12.3	8.1e	-1.4e
Lithuania	20.5	18.5	17.2	15.2	13.3	10.7	8.2e	-0.1e
Luxembourg	10.3	5.8	4.8	2.9	2.7	2.0	1.0e	0.4e
Malta	6.1	6.8	7.0	7.1	6.4	6.3	6.1e	1.5e
Netherlands	9.9	8.4	8.9	4.5	5.8	6.8	6.4e	-0.5e
Austria	8.7	11.6	11.0	9.2	9.4	8.8	7.8e	0.3e
Portugal	9.0	8.6	8.6	8.0	6.9	5.4	4.7e	0.4e
Slovenia	10.8	9.9	9.4	10.4	9.2	8.1	6.6e	0.9e
Slovakia	12.6	15.1	15.4	14.8	14.0	12.3	11.3e	0.3e
Finland	8.1	7.9	8.0	6.7	6.3	5.0	4.1e	-0.1e

e estimate Source dataset: [prc_hicp_manr](#)

6. REGULAMENTO SOBRE RESTAURAÇÃO DA NATUREZA

Em junho de 2022, a Comissão Europeia apresentou um dos [principais atos legislativos](#) no âmbito do Pacto Ecológico Europeu com o objetivo de, [explicitamente, restaurar a natureza da Europa](#), reparar os danos causados a 80 % dos habitats europeus e trazer a natureza de volta a todos os ecossistemas, dos terrenos florestais e agrícolas aos ecossistemas marinhos, de água doce e urbanos.

Este projeto de regulamento visava fixar metas juridicamente vinculativas em matéria de restauração da natureza em função dos diferentes ecossistemas para todos os Estados-Membros, com o objetivo de fazer com que, até 2030, as medidas de restauração da natureza abranjam pelo menos 20 % das superfícies terrestres e marítimas da UE e, até 2050, incluam todos os ecossistemas que devem ser restaurados. O detalhe do processo legislativo está disponível [aqui](#).

Esta semana, e após uma longa votação na Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar (ENVI) do PE, [não foi possível obter maioria para a proposta alterada](#) da Comissão para uma lei de restauração da natureza. Assim, a Comissão ENVI acabou por rejeitar a proposta de regulamento para o restauro da natureza, com uma votação final de 44 votos a favor, 44 contra e 0 abstenções. A rejeição da proposta será agora submetida ao Plenário do PE, previsivelmente para a sessão de julho, em Estrasburgo.

Este dossiê tem suscitado uma intensa discussão em Bruxelas (notícia do *Politico* [aqui](#)), incluindo sobre a importância central que tem para as prioridades políticas da Comissão Europeia (detalhe [aqui](#)) e o calendário eleitoral do próximo ano (eleições em junho de 2024 para o PE), o que torna bastante inverosímil a apresentação de uma nova proposta legislativa sobre esta matéria pela Comissão Europeia.

7. REGULAMENTO DADOS - ACORDO POLÍTICO

A Presidência do Conselho e os representantes do Parlamento Europeu chegaram a um [acordo provisório](#) sobre o [novo regulamento relativo a regras harmonizadas sobre o acesso equitativo aos dados e a sua utilização](#) (Regulamento Dados).

O regulamento propõe novas regras sobre quem pode aceder aos dados gerados na UE em todos os setores económicos e utilizá-los, e tem por objetivos:

- garantir a equidade na distribuição do valor dos dados entre os intervenientes no ambiente digital
- estimular um mercado dos dados competitivo
- criar oportunidades para a inovação baseada em dados, e
- tornar os dados mais acessíveis a todos

A nova legislação visa igualmente facilitar a mudança entre prestadores de serviços de tratamento de dados, cria garantias contra a transferência ilícita de dados por parte dos prestadores de serviços de computação em nuvem e prevê a elaboração de normas de interoperabilidade para a reutilização de dados entre setores.

8. COMISSÃO EUROPEIA - EURO DIGITAL

A Comissão apresentou esta semana o pacote moeda única, com [novas propostas para apoiar a utilização de numerário e enquadrar o euro digital](#), para garantir que os cidadãos e as empresas continuem a ter acesso e a poder pagar com notas e moedas de euro em toda a área do euro, bem como estabelecer um quadro para uma eventual nova forma digital do euro que o Banco Central Europeu poderá vir a emitir, como complemento do numerário.

A Comissão nota que o euro continua a ser um símbolo da unidade e da força da Europa. Há mais de duas décadas que as pessoas e as empresas estão habituadas a pagar com moedas e notas de euro, tanto na área do euro como fora dela. Embora 60 % das pessoas inquiridas queiram continuar a ter a opção de utilizar numerário, um número crescente de pessoas opta por pagar digitalmente, utilizando cartões e aplicações emitidos por bancos e outras empresas digitais e financeiras. Esta tendência foi acelerada pela pandemia de COVID-19. A fim de refletir estas tendências, a Comissão propôs hoje dois conjuntos de medidas que se apoiam mutuamente, para garantir que os pagamentos com moeda do banco central podem ser efetuados em numerário ou digitalmente:

- **Uma proposta legislativa sobre o curso legal das notas e moedas de euro**, que visa salvaguardar o papel do numerário, garantir que este é amplamente aceite como meio de pagamento e permanece facilmente acessível para as pessoas e as empresas em toda a área do euro.
- **Uma proposta legislativa que estabelece o quadro jurídico para um eventual euro digital como complemento das notas e moedas de euro.** O quadro viabilizará uma forma de pagamento digital alternativa às soluções privadas atualmente existentes para as pessoas e as empresas na área do euro, com base numa forma de dinheiro público amplamente aceite, barata, segura e resiliente. Após adoção pelo Parlamento Europeu e o Conselho, a proposta hoje apresentada estabelecerá o quadro jurídico para o euro digital, mas caberá, em última análise, ao Banco Central Europeu decidir se e quando emitir o euro digital.

Pode, igualmente, ser consultada a secção de [Perguntas e respostas](#), bem como a [Ficha informativa](#) e os [Textos legislativos](#).

O BCE reagiu favoravelmente à apresentação deste pacote, em comunicado disponível [aqui](#).

9. COMISSÃO EUROPEIA - IMPACTO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS NA PAZ

A [Comissão Europeia e o Alto Representante adotaram](#) esta semana uma [comunicação conjunta](#) sobre a forma como a UE abordará o crescente impacto das alterações climáticas e da degradação ambiental a nível da paz, da segurança e da defesa.

A recorrência de fenómenos climáticos extremos, o aumento da temperatura e do nível da água do mar, a desertificação, a escassez de água, as ameaças à biodiversidade, a contaminação e a poluição ambiental ameaçam a saúde e o bem-estar da humanidade e podem gerar ainda maiores movimentos migratórios, pandemias, deslocamentos, agitação social, instabilidade e insegurança. As forças armadas europeias também têm de fazer frente a condições operacionais difíceis e sempre em mutação devido às alterações climáticas. Estas novas ameaças já levaram aliados e parceiros a atualizarem também as suas políticas.

A comunicação conjunta propõe uma nova perspetiva e define o quadro que permite à UE fazer face a estes desafios, que afetam a nossa sociedade e as nossas operações de segurança, assim como à concorrência geopolítica crescente pelos recursos e tecnologias necessários para a transição ecológica. A [Comunicação conjunta sobre a correlação entre a segurança climática e a segurança](#), bem como a secção de [Perguntas e respostas](#) e a [Ficha informativa](#) estão disponíveis.

10. COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO EUROPEIA - BULGÁRIA

Após a [demissão](#) da Comissária Mariya Gabriel para o desempenho de funções governamentais na Bulgária, foram apresentados dois candidatos para membro da Comissão Europeia, Daniel Lorer e Iliana Ivanova.

A Presidente da Comissão, Ursula von der Leyen, [anunciou](#) esta semana que, após ter entrevistado ambos os candidatos, decidiu propor ao Conselho e ao Parlamento Europeu a nomeação de Iliana Ivanova para o cargo de Comissária, tendo a seu cargo a inovação, a investigação, a cultura, a educação e a juventude. Seguir-se-á o processo de audição prévia no PE, em data a definir.

11. LUX - PRÉMIO DO PÚBLICO 2023¹

O filme «Close», do realizador belga Lukas Dhont, foi distinguido com o [LUX Prémio do Público 2023](#), [atribuído](#) pelo Parlamento Europeu.

O filme, co-produzido pela Bélgica, França e Holanda, conta a história de uma amizade intensa entre dois rapazes de 13 anos, Leo e Remi.

Os outros quatro filmes pré-selecionados para o Prémio foram: «[Fogo-Fátuo](#)», do realizador português João Pedro Rodrigues; «[Alcarràs](#)» da realizadora espanhola Carla Simón; «[Burning Days](#)», do realizador turco Emin Alper; e «[Triângulo da Tristeza](#)» do realizador sueco Ruben Östlund.



¹ Fonte: serviço de Imprensa do PE

12. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Conselho (Agricultura e Pescas) - 26 e 27 de junho

Os Ministros [debateram](#), nos dias 26 e 27 de junho, a situação da política comum das pescas (PCP) e as suas prioridades em matéria de possibilidades de pesca para 2024. A Presidência do Conselho publicou [conclusões](#) sobre o pacote da política das pescas da Comissão, tendo em vista um setor das pescas e da aquicultura sustentável, resiliente e competitivo.

Em matéria de agricultura, a Presidência sueca apresentou um relatório intercalar sobre a proposta de regulamento relativo à utilização sustentável de produtos fitofarmacêuticos, que é uma das principais iniciativas da estratégia "Do prado ao prato" da Comissão, que visa reduzir em 50 % a utilização e o risco dos produtos fitofarmacêuticos na União até 2030. Além disso, a Comissão prestou informações atualizadas sobre a situação atual do comércio agroalimentar e dos acordos e negociações em matéria de comércio em curso a nível bilateral e multilateral. Finalmente, na terça-feira, durante o almoço, os ministros debateram a política agrícola comum pós-2027.

Conselho dos Negócios Estrangeiros - 26 de junho

A 26 de junho (página da reunião [aqui](#)), os Ministros realizaram uma troca pontos de vista sobre a agressão da Rússia contra a Ucrânia, nomeadamente a sua avaliação dos últimos acontecimentos na Rússia a respeito da insurreição do Grupo Wagner. Josep Borrell, alto representante da UE para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, declarou que *“A situação mantém-se complexa e imprevisível. Continuamos vigilantes e empenhados numa forte coordenação com os nossos parceiros, os 27 Estados-Membros e os países vizinhos. Estes acontecimentos vieram mostrar que o Estado russo e a credibilidade pessoal de Putin estão enfraquecidos. O sistema político está a dar sinais de desgaste. Estávamos a olhar para a Rússia como um perigo por ser uma ameaça, por ter a força e a capacidade para invadir vizinhos pacíficos – como aliás fez. Agora o risco advém da instabilidade política interna e das fragilidades desta grande potência nuclear. Mais do que nunca, é importante continuar a apoiar a Ucrânia.”*

O ministro dos Negócios Estrangeiros da Ucrânia, Dmytro Kuleba, dirigiu-se depois aos ministros da UE por videoconferência. O Conselho adotou um complemento ao [Mecanismo Europeu de Apoio à Paz \(MEAP\)](#), no valor de 3,5 mil milhões de euros, a fim de assegurar a sustentabilidade financeira e a previsibilidade do MEAP a longo prazo e continuar a apoiar a Ucrânia, preservando simultaneamente o âmbito geográfico mundial do mecanismo.

O Conselho dos Negócios Estrangeiros realizou um debate sobre o reforço da parceria da UE com a América Latina e as Caraíbas, na perspetiva da próxima Cimeira UE-CELAC, que terá lugar em Bruxelas, em 17 e 18 de julho. Além disso, o Conselho realizou a sua troca de pontos de vista anual sobre a diplomacia digital e [aprovou conclusões do Conselho](#) sobre este assunto.

Finalmente, o Conselho dos Negócios Estrangeiros procedeu a uma troca de pontos de vista sobre o Diálogo Belgrado-Pristina. O alto representante informou os ministros da UE sobre as reuniões que realizou com o presidente da Sérvia, Aleksandar Vučić, e com o primeiro-ministro do Kosovo*, Albin Kurti, em 22 de junho, em Bruxelas, com vista a encontrar soluções para a atual crise. Os Estados-Membros sublinharam a sua profunda preocupação com as persistentes tensões no norte do Kosovo e salientaram a importância de as partes desanuviarem imediatamente a situação.

Conselho dos Assuntos Gerais

A 27 de junho (página da reunião [aqui](#)), os ministros continuaram a preparar a reunião do Conselho Europeu de 29 e 30 de junho de 2023 com a análise do projeto de conclusões (cfr. Ponto 1),.

No que diz respeito à [Lei eleitoral europeia](#), o Conselho fez o balanço dos trabalhos sobre a proposta do PE de revisão das regras da UE relativas às eleições para este Parlamento. A proposta foi debatida pela última vez entre os ministros na reunião do [Conselho dos Assuntos Gerais de outubro de 2022](#). Desde então, a Presidência realizou um inquérito aos pontos de vista pormenorizados dos Estados-Membros sobre as diferentes disposições da proposta do PE. Vários ministros salientaram a importância de se respeitarem as especificidades nacionais na organização de eleições e manifestaram reservas quanto a várias propostas para harmonizar o processo eleitoral em toda a UE. As maiores dificuldades diziam respeito às propostas relativas ao processo dos cabeças de lista e a um círculo eleitoral à escala da UE baseado em listas transnacionais. A próxima Presidência espanhola manifestou a sua intenção de levar por diante os trabalhos sobre a proposta de revisão da lei eleitoral europeia com base nos resultados do inquérito.

O Conselho aprovou o [seu programa de 18 meses](#), que abrange o período compreendido entre 1 de julho de 2023 e 31 de dezembro de 2024, elaborado pelas Presidências espanhola, belga e húngara e pelo alto representante no que respeita ao Conselho dos Negócios Estrangeiros, em cooperação com a Comissão.

No contexto da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, conjugada com a crescente incerteza à escala mundial, o programa centra-se no seguinte:

- aumentar a competitividade global da UE reforçando a base industrial da Europa
- assegurar que a dupla transição é justa, equitativa e inclusiva, reforçando a dimensão social da Europa
- reforçar as parcerias internacionais, a cooperação multilateral e a segurança em todas as suas dimensões

A Presidência informou os ministros acerca do [simpósio de Estocolmo sobre a democracia e o Estado de direito](#), que teve lugar em 21 a 22 de junho de 2023.

13. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

Na próxima semana as atividades do [Parlamento Europeu](#) serão dedicadas aos trabalhos das [Comissões parlamentares](#) e grupos políticos.

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) será no dia [5 de julho](#), com destaque para o *Pacote Alimentação e Biodiversidade (Legislação relativa aos solos; Regulamento sobre plantas produzidas por novas técnicas genómicas; Revisão dos aspectos relativos aos resíduos alimentares e têxteis da diretiva-quadro da UE relativa aos resíduos, Revisão da legislação sobre sementes e outro material de reprodução vegetal e florestal)*; para o *Relatório de prospectiva estratégica 2023*; para o *Relatório anual de 2023 sobre o Estado de direito*; e para a *Resposta à iniciativa de cidadania europeia: "Stop Finning - Stop the Trade!"*.

Conselho da União Europeia

Não se encontram previstas reuniões do Conselho na próxima semana, [retomando os trabalhos](#) a 10 de julho.

Bruxelas | 30 de junho de 2023

Para mais informações: [Catarina Ribeiro Lopes](#), Representante Permanente da AR junto da UE e [Bruno Dias Pinheiro](#), Membro Permanente do Secretariado da COSAC

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).